



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO, REDAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE LEIS

Processo n° 20658/2025 Projeto de Lei n° 303/2025 Autoria: Dalto Neves

PARECER TÉCNICO Nº 070

Ementa: "Altera a Lei n.º 8.935, de 06 de abril de 2016, que dispõe sobre o combate ao abuso sexual no sistema municipal de transporte público coletivo de passageiros, para adequar a terminologia a legislação penal vigente, e dá outras providências."

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Vereador Dalto Neves, propõe alterações específicas na Lei Municipal nº 8.935, de 06 de abril de 2016, que "dispõe sobre o combate ao abuso sexual no sistema municipal de transporte público coletivo de passageiros, para adequar a terminologia à legislação vigente e dá outras providências".

A referida proposição foi apresentada em conformidade com os artigos 173, 174 e 175 do regimento interno (Resolução 2.060 de 14 de setembro de 2021), e, após discussão em Sessão Ordinária, foi encaminhada para parecer do relator em sede de Comissão de Constituição e Justiça.

O presente parecer tem como objetivo analisar a constitucionalidade e a legalidade do referido Projeto de Lei, especialmente no que tange à competência legislativa municipal para tratar de matéria penal e à adequação da terminologia proposta.

É o relatório, passo a opinar.

2. PARECER DO RELATOR





Inicialmente, insta consignar que este parecer tem como objetivo analisar a proposição legislativa sob a ótica do controle preventivo de constitucionalidade. A análise será restrita às questões de conformidade com a Constituição, abstendo-se de adentrar em questões de cunho político ou mérito da intenção parlamentar, que são matérias reservadas às comissões temáticas e ao plenário desta Casa Legislativa.

À teor da justificativa apresentada, o projeto tem como alvo a adequação da Lei Municipal tombada sob o nº 8.935/2016 à nova terminologia do art. 215-A do Código Penal (incluído pela Lei nº 13.718 de 2018) que trata da <u>importunação sexual.</u>

Eis que louvável a proposição apresentada, a qual, em última análise, como já bem justificada, visa proteger os usuários do transporte coletivo do nosso município, aliando-se à legislação penal vigente e, ainda mais, trazendo factíveis elementos de apoio às vítimas, bem como corroborando pela punibilidade dos infratores.

Entretanto, temos que o art. 3º da proposição deva ser revogado haja vista que, ao definir o que se entende por importunação sexual, "conforme tipificado no art. 215-A do Código Penal Brasileiro", o Projeto de Lei tenta incorporar uma definição de crime em sua legislação, o que é vedado pela Constituição Federal. Em outras palavras, uma lei municipal pode fazer referências a leis federais para fins de contextualização ou para indicar a conduta que se quer buscar, mas não pode, sob pena de inconstitucionalidade por usurpação de competência, reproduzir ou definir elementos de tipos penais, ainda que por remissão. A competência municipal se restringe a aspectos administrativos e de política pública relacionados ao tema, sem invadir a seara penal. Portanto, apresentada a EMENDA SUPRESSIVA.

Os demais artigos, estes estão em consonância com a Carta Magna, em especial na norma do art. 30, I, contudo, para melhor clareza e adequação às proposições, se faz providencial ajustes redacionais no caput dos artigos 1º e 2º do Projeto de Lei. Para tanto, apresentada as EMENDAS MODIFICATIVAS.

PROPOSIÇÃO INICIAL	EMENDAS MODIFICATIVAS
Art. 1º A Lei nº 8.935, de 06 de abril de 2016,	Art. 1º A ementa da Lei nº 8.935, de 06 de
passa a denominar-se:	abril de 2016, passa a vigorar com a seguinte
	redação:





Dispõe sobre o combate à importunação sexual no sistema municipal de transporte público coletivo de passageiros.	Dispõe sobre o combate à importunação sexual no sistema municipal de transporte público coletivo de passageiros.
Art. 2º O caput do art. 1º da Lei nº 8.935/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 2º O caput e incisos I e IV do art. 1º da Lei nº 8.935/2016, passam a vigorar com as seguintes redações:
Art. 1º - Fica instituído o combate aos atos de importunação sexual e violência nos ônibus do sistema municipal de transporte público de passageiros, o que se dará especialmente mediante as seguintes ações:	Art. 1º - Fica instituído o combate aos atos de importunação sexual e violência nos ônibus do sistema municipal de transporte público de passageiros, o que se dará especialmente mediante as seguintes ações:
I - promover campanhas educativas contra a importunação sexual dentro do transporte público; IV – atuação da guarda civil por meio da interceptação do ônibus em que houver denúncia de importunação sexual;	I - promover campanhas educativas contra a importunação sexual dentro do transporte público; IV – atuação da guarda civil por meio da interceptação do ônibus em que houver denúncia de importunação sexual;

PROPOSIÇÃO INICIAL	EMENDA SUPRESSIVA
Art. 3º Inclua-se um parágrafo único ao art.	Revogado
1º da referida Lei, com a seguinte redação	
Parágrafo único. Para fins desta lei,	
entende-se por importunação	
sexual a prática de ato libidinoso	
contra alguém, sem sua anuência,	





conforme tipificado no art. 215-A do Código Penal Brasileiro.	

Com as devidas adequações, o Projeto de Lei poderá cumprir seu importante papel social sem incorrer em inconstitucionalidade.

3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, manifestamo-nos pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** do Projeto de Lei nº 303/2025, <u>ressalvadas as emendas apresentadas</u>.

Vitória, 19 de setembro de 2025.

Mauricio Leite Vereador - PRD

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

1 10 100020 22 7 100 110 1 (10)
O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3400330033003100370031003A00540052004100
Assinado eletronicamente por Maurício Soares Leite em 19/09/2025 11:25 Checksum: AF650BC8B1620C8DE00A5D4CBF7413EF60403AB7E6BEA31498500B404FBAF45B